

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1509 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 06 de Maio de 2014 Publicação: Quarta-feira, 07 de Maio de 2014

RESOLUÇÃO N. 5 DE 28 DE ABRIL DE 2014.

Altera a Resolução Enfam n. 2, de 28 de setembro de 2011.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E DIRETOR-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA – ENFAM, cumprindo o previsto no art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal e considerando o decidido pelo Conselho Superior da Enfam na reunião realizada em 28 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º e o art. 18 da Resolução Enfam n. 2, de 28 de setembro de 2011 passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º A retribuição financeira por serviços relacionados com processos de seleção, formação e aperfeiçoamento de magistrados e com outras atividades desenvolvidas no âmbito das escolas judiciais e da magistratura federal, nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, obedecerá ao disposto nesta resolução.

Parágrafo único. A retribuição de que trata o *caput* deste artigo é devida:

I – àquele que atuar como capacitador, conteudista, tutor, coordenador de curso, orientador de curso, instrutor interno, avaliador, coordenador de grupo de pesquisa ou orientador de atividade prática jurisdicional em curso de formação, desenvolvimento ou em treinamento regularmente instituído pela Enfam ou pelos órgãos do Poder Judiciário.

II – àquele que participar de banca examinadora ou de comissão de concurso e processo seletivo realizados pelo Poder Judiciário.”

“Art. 18. A Enfam e as escolas judiciais estabelecerão, em 90 dias, tabelas próprias com os valores da retribuição financeira de que trata esta resolução.

Parágrafo único. Os valores de retribuição constantes da tabela da Enfam poderão ser revistos por ato do Diretor-Geral fundamentado em proposta da Secretaria Executiva.”

Art. 2º A Resolução Enfam n. 2, de 28 de setembro de 2011, passa a vigorar acrescida do art. 16-A:

“Art. 16-A. Os valores pagos a coordenador de curso, orientador de curso, instrutor interno, avaliador, orientador de atividade prática jurisdicional,

REVOGADO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1509 - Brasília, Disponibilização: Terça-feira, 06 de Maio de 2014 Publicação: Quarta-feira, 07 de Maio de 2014
participante de grupo de pesquisa, de banca examinadora, de comissão de
concurso e processo seletivo não excederão àqueles previstos para tutor.

Parágrafo único. A retribuição financeira de que trata esta resolução não
poderá exceder ao equivalente a 120 horas de trabalho anuais, ressalvada
situação excepcional devidamente justificada e previamente aprovada pela
autoridade competente em cada escola.”

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

